

# Associação de evangélicos quer evitar proibição de cultos

**O presidente da Corte, Luiz Fux, decidiu levar o tema ao plenário. O julgamento do caso começa nesta quarta às 14h. | Foto:Divulgação**

A entidade abriu três processos no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o funcionamento de templos em meio às medidas de restrição para o controle do contágio da doença nos estados.

A Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure) montou uma força-tarefa para monitorar leis e decretos que determinam o fechamento de igrejas em todo o país durante a pandemia do novo coronavírus. Com base no trabalho do grupo, chamado de Observatório Anajure, a entidade abriu três processos no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o funcionamento de templos em meio às medidas de restrição para o controle do contágio da doença nos estados.

A corte decide nesta quarta-feira (7) a liberação ou não de cultos e missa na pandemia.

Em um deles, o ministro Kassio Nunes Marques autorizou, em decisão liminar, a liberação de missas e cultos presenciais. A decisão foi divulgada um dia antes da Páscoa, quando o país registrava média de 2.800 mortos por covid-19 por dia.

Na última segunda-feira (5), também em decisão liminar, Gilmar Mendes proibiu a realização de cultos religiosos no estado de São Paulo num outro processo em tramitação no Supremo. O presidente da Corte, Luiz Fux, decidiu levar o tema ao plenário. O julgamento do caso começa nesta quarta às 14h.

A associação foi criada de um movimento de juristas evangélicos, em 2007, e foi oficialmente fundada em 2012, em sessão realizada no Congresso Nacional. A entidade tem hoje conta com cerca de 700 associados entre integrantes do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), das Procuradorias federais e estaduais, além professores e estudantes de Direito.

Onze membros trabalham como voluntários para monitorar decretos, leis e projetos que são de interesse da entidade. Mais recentemente, o trabalho se voltou quase que completamente ao acompanhamento das restrições impostas por governos estaduais contra a disseminação da covid-19.

Segundo o diretor-executivo da Anajure, Felipe Augusto, os voluntários acompanham páginas de estados e municípios com informações a respeito da covid-19 em busca de alterações em legislações. Também fazem buscas em sites de notícias e Diários Oficiais à procura de decretos ou leis.

A Anajure declara não ser “negacionista”, ou seja, diz estar ciente dos cuidados necessários para o combate à pandemia, mas afirma que entende que o direito à religião é inviolável. Por isso, costuma fazer contato com prefeituras ou estados recomendando alterações na legislação para que templos possam receber pelo menos 30% de seus fiéis.

Um monitoramento faz o levantamento dos locais em que atividades religiosas já haviam sido liberadas. Segundo a entidade, 22 das 26 capitais estaduais autorizaram o funcionamento de igrejas antes da decisão de Nunes Marques.

Belo Horizonte, governada pelo prefeito Alexandre Kalil (PSD), era uma das exceções, assim como São Paulo, Fortaleza e Rio Branco. Kalil chegou a declarar que manteria a restrição a cultos mesmo após a liminar de Nunes Marques. Foi intimado e cedeu, após protesto.

## Próxima à Frente Parlamentar Evangélica

A Anajure tem ampliado sua influência na política desde a sua criação, apesar dos recentes conflitos com alguns governantes. A entidade trabalha muito próxima à Frente Parlamentar Evangélica. Seus diretores estiveram em reunião com o presidente Jair Bolsonaro, em outubro, e participaram de um culto realizado no Palácio do Planalto em dezembro de 2019.

Durante o culto, Uziel Santana declarou: “No Palácio do Planalto, reverenciamos a maior autoridade ali presente: Jesus”.

No governo federal, a Anajure mantém relacionamento direto com a ministra da Mulher, Damares Alves, e o advogado-geral da União, André Mendonça, ambos evangélicos.

No ano passado, a associação chegou a recomendar a Bolsonaro que André Mendonça, atualmente na Advocacia Geral da União, fosse nomeado ministro no STF. O presidente não atendeu ao pedido e acabou nomeando Nunes Marques, o mesmo que acatou o pedido da associação na semana passada.

### **Julgamento no STF**

A Anajure já solicitou um pedido para a participação na sessão de hoje. Até a tarde de ontem, a solicitação ainda não havia sido aprovada. A entidade espera que seu presidente, Uziel Santana, faça uma sustentação oral em favor do funcionamento de templos.

Seria a primeira vez que a Anajure teria um representante defendendo presencialmente um argumento no Supremo em uma ação proposta pela própria entidade.

Em fevereiro, a Corte havia negado em decisão unânime o direito da Anajure de abrir processos no tribunal sobre temas fundamentais, como liberdade religiosa. Essa decisão, no entanto, não foi levada em conta pelo ministro Nunes Marques

quando acatou o pedido de Anajure e reabriu igrejas.

Como parte interessada, o “amicus curiae”, a Anajure aparece em outros 17 processos no Supremo. Entre eles, um discute a criminalização da homofobia e outros são relacionados à forma como as escolas abordam questões de gênero.

Com informações UOL

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com)/ou e-mail: [adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)

[https://www.folhadoprogresso.com.br/inscricoes-do-sisu-2021-1-  
comecam-hoje-06-veja-como-participar/](https://www.folhadoprogresso.com.br/inscricoes-do-sisu-2021-1-comecam-hoje-06-veja-como-participar/)